

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	
Secretaria/Setor requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva
Responsável(is) pela elaboração:	Nome: Joselia Aparecida Souza de Albuquerque Cargo / nº de matrícula: Assistente Social/ 3418
Especificação do objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DIETA ENTERAL; FÓRMULAS LÁCTEAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, A FIM DE ATENDER PACIENTES COM DIVERSAS PATOLOGIAS EM ESPECIAL, ONCOLÓGICOS E DESNUTRIDOS QUE NECESSITAM DE SUPORTE NUTRICIONAL E VINCULADOS À SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
Natureza do objeto:	MATERIAL DE CONSUMO

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A presente contratação de empresa para a aquisição de suporte nutricional (fórmulas lácteas, dietas e suplementos alimentares) é essencial para pacientes que necessitam de cuidados especiais e necessidade nutricionais específicas em especial pacientes oncológicos e desnutridos, compreendo crianças, adultos e idosos, que possuem algum tipo de alergia ou intolerância, casos de desnutrição e estágio avançado de perda de peso e massa muscular, câncer, diabetes, sondagem (dieta enteral), lactentes de 0 a 6 meses de vida na impossibilidade da amamentação e crianças de 6 meses a 1 ano de idade, os quais demandam de tais suplementos visando complementar a dieta com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, objetivando equilibrar a taxa de nutrientes no organismo.

1.2. Logo, a contratação de empresa para o fornecimento suporte nutricional (fórmulas lácteas, dietas e suplementos alimentares), é de suma importância, para a continuidade da prestação de serviços em assistência e saúde, através de uma assistência eficaz, segura e com custos racionais. Dessa forma, pode se obter maiores e melhores resultados nutricionais, haja vista que tais suplementos servem para complementar a dieta com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, objetivando equilibrar a taxa de nutrientes no organismo de pacientes vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva através de suas UBS – Unidades Básicas de Saúde.

1.3. De acordo com a Resolução 39/2010 do Conselho Nacional de Assistência Social que dispõe sobre o reordenamento dos benefícios eventuais em relação a Política de Saúde que estabelece em seus artigos;

*Art. 1º Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, **leites e dietas de***

prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso. Sendo assim, cabe a Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva do Município de Angatuba adquirir os produtos elencados neste documento. (grifei)

1.4. Os produtos adquiridos serão para atendimento a usuários do SUS e avaliados no setor de Assistência Social desta secretaria de acordo com critérios estabelecidos através de receituário médico e/ou documento similar.

1.5. A solicitação de contratação de empresa para o fornecimento de fórmula de partida e suplementos alimentares é fundamental para garantir o acesso da população da carente à saúde de qualidade, e o bem-estar, no cumprimento das prescrições médicas e nutricionais, associadas a patologias, para recuperação e manutenção do direito fundamental a saúde.

1.6. Esclarecemos que os insumos solicitados fazem parte da padronização de materiais da rede de saúde gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, sendo utilizado para pacientes cadastrados no programa do Serviço de Assistência Social.

1.7. A periodicidade das entregas dos insumos poderá variar de acordo com a demanda, e se darão através de solicitação da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, formalizadas por notas de empenho ou autorização de fornecimento.

1.8. Os insumos deverão ser entregues nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, situada à Rua José Franco de Araújo, n.º 530, São Cristóvão, Angatuba/SP, de segunda a sexta-feira, das 07h às 16h.

1.9. Quando as entregas programadas coincidirem com feriados nacionais ou datas festivas reconhecidas pelo Estado Brasileiro, deverão ocorrer no dia subsequente impreterivelmente.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. O Plano de Contratações anual (PCA) ainda não foi oficialmente adotado pelo Município para este ano com todas as especificidades que o compõe, de forma que a Administração está levantando esforços para sua implantação no exercício de 2025.

3. ANÁLISE E JUSTIFICATIVA DAS DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto **não se enquadra como sendo bem de luxo**, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

3.1.1. Ainda, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os bens têm natureza comum.

3.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O objeto visa atender as necessidades eventuais do setor requisitante, através de aquisições ou parceladas ao longo de sua vigência, sendo que as quantidades constantes neste estudo são apenas estimativas.

3.4. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP): A adoção do SRP para esta pretensa licitação deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e de economicidade, principalmente por registrar preços e permitir compras futuras com

o preço já definido, evitando que a Administração sofra com possíveis oscilações do mercado. Neste mesmo tom é importante destacar que a aquisição desses itens é marcada por uma **alta oscilação na demanda e entregas necessariamente parceladas**, o que impede a mensuração pontual e exata dos quantitativos em um dado momento. E o SRP se alinha perfeitamente com aquisições onde há imprevisibilidade de consumo, assegurando que a Administração faça uso apenas das quantidades que forem estritamente necessárias dentro do período de 12 (doze) meses, otimizando a utilização dos recursos sem prejudicar o suporte nutricional dos pacientes. E se ampara legalmente no Art. 3º no Decreto Municipal n.º 842/2024 que dispõe:

Art. 3º. O SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I- Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II- Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV- Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifei)

3.4.1. A adoção do **SRP** para aquisição destes insumos se justifica pela natureza imprevisível e variável dessas demandas. Contudo, ainda que sem periodicidade fixa a necessidade da contratação é frequente e o SRP oferece à Administração Pública a flexibilidade e agilidade para atender a essas necessidades que surgirem com eficiência e otimização dos procedimentos licitatórios.

3.4.2 Da não adoção da Intenção do Registro de Preços – IRP:

3.4.2.1. A não adoção da IRP para o presente processo licitatório, visando à aquisição de suporte nutricional (fórmulas lácteas, dietas e suplementos alimentares), justifica-se pela necessidade de celeridade na conclusão do certame e pelo caráter peculiar.

3.4.2.2. A utilização da IRP, conforme disciplinado no Decreto Municipal nº 842/2023, tem como principal objetivo a centralização de demandas comuns a diferentes entes federativos, permitindo a participação de outros órgãos interessados no mesmo objeto licitado. No entanto, no caso em questão, a demanda do suporte nutricional. A ampliação de participação para outros entes poderia gerar dificuldades na compatibilização dessas exigências, comprometendo a eficiência do fornecimento.

3.4.2.3. Além disso, a realização da IRP implica prazos adicionais para manifestação de interesse por outros órgãos e entidades, o que pode postergar a conclusão do procedimento licitatório. Considerando que a aquisição de suporte nutricional (fórmulas lácteas, dietas e suplementos alimentares) é um insumo essencial para o atendimento de pacientes em unidades de saúde municipais, qualquer atraso na sua contratação pode impactar diretamente a continuidade dos serviços prestados, colocando em risco a assistência à população.

3.4.2.4. Por fim, cabe ressaltar que não há histórico de adesão de outros órgãos a registros de preços similares promovidos pelo município, o que reduz a viabilidade prática da adoção da IRP neste caso. Dessa forma, a não utilização desse mecanismo se justifica pela necessidade de garantir a celeridade do processo, a adequação às especificidades locais e a segurança no abastecimento do insumo, em conformidade com os princípios da eficiência e da continuidade do

serviço público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. Da participação de consórcios: O ato convocatório poderá admitir ou não a participação de consórcio, sendo essa escolha um ato discricionário da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Por este motivo, a Autoridade Licitante, dentro do poder discricionário de melhor conveniência e oportunidade decidirá pela vedação ou não à participação de empresas em regime de consórcio. A jurisprudência do TCU traz entendimento que a formação de consórcio tanto pode fomentar a concorrência, como cerceá-la. Ou seja, a vedação ou a admissão de consórcio em licitação deve ter em vista possibilitar maior concorrência, que conforme o caso concreto pode ocorrer em uma ou outra situação [...]. (Acórdão TCU 2.813/2004 e 1.782/2009).

3.5.1. Com relação a presente contratação, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda do Município, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuam em todo território nacional, empresas essas que possuem condições suficientes para a execução de objetos dessa natureza, o que não tornará restrito o certame a um pequeno número de empresas.

3.5.2. Assim sendo, avaliando a realidade do mercado para este objeto, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a futura contratada atenda aos seguintes requisitos:

4.1.1. Dentro dos requisitos a serem observados na AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL, FÓRMULA INFANTIL, COMPLEMENTO ALIMENTAR os produtos devem ser de primeira qualidade e obedecer no mínimo as seguintes características:

- a)** Realizar a entrega dentro de 72H após o pedido formal pela secretaria requisitante;
- b)** Validade estendida, de no mínimo 12 (doze) meses;
- c) Para suplementos alimentares:** Atendimento aos requisitos da RDC 243/18;
- d) Para fórmulas infantis:** Atendimento aos requisitos da RDC 448/2020;
- e) Para dietas enterais:** Atendimento aos requisitos da RDC 497/2021.

4.2. Sustentabilidade e/ou acessibilidade

4.2.1.1. Apresentar número de Registro na ANVISA dos produtos, conforme a RDC 27/2010;

4.2.1.2. Se o produto for isento de registro, o licitante deverá demonstrar sua isenção, bem como possuir a **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** e a licença sanitária local, garantindo que o estabelecimento está apto a fabricar ou comercializar os produtos

4.2.2. Apresentar catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante. Não serão aceitos documentos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de qualificar tecnicamente o item.

4.2.3. Os produtos, objeto deste termo, deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente identificada com a descrição e quantidade do material contido e

em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhuma avaria (vazamento, amassados, rasgos, sujeira, dentre outras).

4.2.4. As embalagens primárias deverão estar protegidas em embalagens secundárias reforçadas, resistentes e apropriadas, devidamente identificadas.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Considerando as condições de armazenamento e principalmente, uma logística de distribuição que se adapte à flutuação diária e urgência da demanda, o objeto não permitirá a subcontratação.

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. não há necessidade de garantia contratual

4.5. Garantia dos produtos/serviços

4.5.1. O prazo de garantia dos produtos e/ou serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.6. Prazos e condições de entrega

4.6.1. A programação prevê entregas quinzenais, podendo variar de acordo com a demanda, e deverá ser efetuada no prazo máximo de 04 (dois) dias corridos, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado pelo fornecedor, e formalmente aceito pelo gestor responsável, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento ou cópia da Nota de Empenho, conforme as quantidades informadas no respectivo documento.

4.6.2. A licitante vencedora deverá entregar os materiais de acordo com os itens 1.8. e 1.9. deste ETP.

4.6.3. A Contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

4.6.4. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas.

4.7. Da impossibilidade de adesão à ARP por outros

4.7.1. A vedação à adesão de outros órgãos ou entes à Ata de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de garantir a adequada gestão e fiscalização da contratação, considerando as limitações estruturais da Prefeitura para administrar demandas externas sem comprometer a eficiência do fornecimento.

4.7.2. A contratação visando a aquisição de suporte nutricional (fórmulas lácteas, dietas e suplementos alimentares) foi planejada para atender exclusivamente às necessidades da rede municipal de saúde, com projeções de consumo e alocação orçamentária baseadas na demanda local. A inclusão de outros órgãos na ata poderia gerar um volume de requisições superior à capacidade prevista, impactando a regularidade do abastecimento e dificultando o controle sobre a execução contratual.

4.7.3. Além disso, a Administração possui uma estrutura organizacional dimensionada para acompanhar e fiscalizar apenas os contratos firmados para o atendimento direto das necessidades municipais. A ampliação da abrangência da ata poderia resultar em dificuldades na gestão do fornecimento, sobrecarga administrativa e comprometimento da fiscalização, gerando riscos operacionais e insegurança quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.



4.7.4. Outro aspecto relevante é a logística da distribuição de suporte nutricional exige um controle rigoroso para evitar desabastecimento e garantir que estes insumos estejam dentro da validade e em conformidade com as normas sanitárias. A adesão de outros entes poderia dificultar esse gerenciamento, uma vez que envolveria diferentes realidades operacionais e necessidades específicas que não foram consideradas no planejamento inicial da contratação.

4.7.5. Dessa forma, a vedação à adesão de outros órgãos ou entes à Ata de Registro de Preços se mostra imprescindível para assegurar a eficiência da gestão contratual, a previsibilidade no abastecimento e a adequada fiscalização da execução, garantindo que a prestação do serviço ocorra sem prejuízos à continuidade do atendimento da Secretaria de Saúde.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. QUANTIDADE TOTAL DE SUPORTE NUTRICIONAL:

Itens	Descrição	Tipo	Quantidade
1	Fórmula infantil para lactantes de 0 a 6 meses, enriquecidas com prebióticos. Contém ácidos graxos de cadeia longa e nucleotídeos. Proteínas lácteas. Relação caseína/proteína 40:60 ou 30:70. Carboidratos: 100% lactose. Lata de no mínimo 400g. Marca de referência: Aptamil 1, Nan 1 ou de qualidade igual ou superior.	Lata	500
2	Fórmula infantil para lactantes de 6 a 12 meses, adicionada de prebióticos e ferro. Contém ácidos graxos de cadeia longa e nucleotídeos. Relação caseína/proteína 60:40 ou 70:30. Lata de no mínimo 400g. Marca de referência: Aptamil 2, Nan 2 ou de qualidade igual ou superior.	Lata	500
3	Nutrição completa e balanceada em pó, diluição em água, via oral e/ou enteral. Normocalórica (1.0 kcal/ml), normoproteica, sendo a maior parte proveniente de origem animal. Lipídeos até 30%. Presença de fibras (fos e inulina) para maior efeito benéfico na flora intestinal do paciente.	Lata	500



	Indicado para adultos e idosos seletivos e/ou inapetentes. Isento de lactose e glúten. Sabores variados. Lata de no mínimo 400g. Marca de referência: Ensure, Nutren 1.0 ou de qualidade igual ou superior.		
4	Fórmula enteral polimérica, pediátrica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica. Isento de lactose. Lata de no mínimo 400g. Marca de referência: Fortini, Pediasure Complete ou de qualidade igual ou superior.		
5	Fórmula enteral polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, 1,0 a 1,2 kcal/ml. Não contém glúten. Sistema aberto. Frasco 1000 ml. Marca de referência: Isossource Soya, Trophic Soya ou de qualidade igual ou superior.	Frascos	1000
6	Fórmula enteral polimérica, nutricionalmente completa, hipercalórica, hiperproteica, 1,5 kcal/ml. Não contém glúten. Sistema aberto. Frasco 1000 ml. Marca de referência: Isossource 1.5, Trophic 1.5 ou de qualidade igual ou superior.	Frascos	1000
7	Fórmula enteral polimérica, nutricionalmente completa, acrescido de fibras, normocalórica, normoprotéica, 1,0 a 1,2 kcal/ml. Isento de lactose, sacarose e glúten. Sistema aberto. Frasco 1000 ml. Marca de referência: Isossource Fiber, Trophic Fiber ou de qualidade igual ou superior.	Frascos	600
8	Fórmula enteral/oral, normocalórica, densidade calórica de 1,0 a 1,2 kcal/ml, normoprotéica, contendo frutose e com adição de	Frascos	600



	<p>fibras, indicada para pacientes com diabetes tipos I e II e situações de hiperglicemia.</p> <p>Isento de lactose, sacarose e glúten.</p> <p>Apresentação para sistema aberto.</p> <p>Frasco 1000 ml.</p> <p>Marca de referência: Glucerna, Nutridiabetic ou de qualidade igual ou superior.</p>		
9	<p>Módulo de triglicerídeos de cadeia média, com 70% de óleo de coco e 30% de óleo de milho, com AGE (ácidos graxos essenciais).</p> <p>Sem sabor.</p> <p>Não contém glúten.</p> <p>Frasco 250ml.</p> <p>Marca de referência: MCT ou de qualidade igual ou superior.</p>	Frascos	100
10	<p>Fórmula anti regurgitação (0 a 12 mm), fórmula para condições de refluxo gastresofágico.</p> <p>Contém goma jataí, agente espessante que proporciona maior viscosidade da fórmula ou amido pregelatinizado.</p> <p>Possui lactose.</p> <p>Lata de no mínimo 400g.</p> <p>Marca de referência: Nan AR-, Aptamil AR ou de qualidade igual ou superior.</p>	Lata	300

5.2. As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios:

a) Consumo anual das últimas compras

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas indicadas com os seus prós e contras:

6.2. SOLUÇÃO 01: PREGÃO - PROCESSO COMUM

6.2.1. É a modalidade de licitação na qual os fornecedores diretamente para fornecer produtos ou serviços. Após a fase de lances e homologação do certame, o contrato é firmado com a empresa vencedora para a entrega do suporte nutricional conforme as necessidades imediatas.

6.2.2. Prós:

- **Agilidade na contratação:** Uma vez finalizado o processo, o contrato é imediatamente firmado, o que permite a entrega rápida do suporte nutricional.

- **Garantia de fornecimento imediato:** A administração pode contar com a entrega dos produtos contratados dentro de um prazo determinado.

- **Maior controle sobre a execução:** O contrato é fechado para uma quantidade específica, com previsão de entrega e pagamento definidos, permitindo maior previsibilidade e controle.

6.2.3. Contrás:

- **Limitação nas quantidades:** O processo comum exige que a prefeitura preveja com precisão a quantidade de suporte nutricional, o que pode gerar problemas se a demanda for mal calculada.

- **Falta de flexibilidade:** Caso haja uma variação na demanda durante a vigência do contrato, será necessário realizar um novo processo licitatório para adquirir mais itens de suporte nutricional, o que pode causar atrasos.

- **Risco de desabastecimento:** Se houver imprevistos durante a execução do contrato (problemas com o fornecedor, aumento de demanda etc.), a reposição de estoques pode demorar, pois é preciso um novo procedimento licitatório.

6.3. SOLUÇÃO 02: PREGÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.3.1. Este permite que a prefeitura registre o preço de determinados produtos, sem a necessidade de aquisição imediata. A contratação efetiva ocorre conforme a demanda, por meio de Autorizações de Fornecimento.

6.3.2. Prós:

- **Flexibilidade:** O SRP permite que a prefeitura compre de acordo com as suas necessidades ao longo do tempo, evitando a estocagem desnecessária e o desperdício por validade expirada.
- **Economia de tempo e recursos:** Uma vez registrado o preço, a administração não precisa fazer novos processos licitatórios durante o período de vigência (geralmente um ano, prorrogável por mais um), simplificando a aquisição de suporte nutricional conforme a demanda surgir.
- **Possibilidade de atender a variações na demanda:** Em casos de aumento repentino na necessidade de suporte nutricional, a prefeitura pode realizar novas autorizações de fornecimento dentro dos limites do registro de preços, observado o estoque formado.

6.3.3. Contrás:

- **Incerteza quanto ao fornecimento:** O registro de preços não garante que o fornecedor terá o produto disponível no momento da solicitação, o que pode gerar atrasos.
- **Complexidade de gestão:** É necessário um controle rigoroso das autorizações de fornecimento, pois o sistema envolve múltiplas entregas ao longo do tempo, demandando acompanhamento próximo para garantir a qualidade e pontualidade das entregas.

6.4. Conclusão:

6.4.1. A escolha entre o Processo Comum e o SRP depende principalmente da previsibilidade da demanda e da flexibilidade necessária. Se o órgão tem uma estimativa clara de suporte nutricional que precisará e deseja garantir a entrega imediata, o Pregão Comum pode ser mais indicado. No entanto, se há incerteza sobre a demanda ao longo do tempo e se busca maior flexibilidade, o SRP

é uma solução mais eficiente, embora demande um acompanhamento mais rigoroso para evitar atrasos e problemas de abastecimento.

6.4.2. Ambas as modalidades podem ser adequadas, dependendo das características específicas do fornecimento e da estrutura de gestão do instrumento contratual ou equivalente.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Para o fornecimento de suporte nutricional a SOLUÇÃO 02 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS apresenta como sendo a mais vantajosa devido à flexibilidade de aquisição, adequação às variações de demanda e economia de tempo administrativo. A SOLUÇÃO 01 – PROCESSO COMUM, por outro lado, pode ser uma boa escolha quando há uma demanda bem definida e um planejamento estável, mas sua rigidez pode levar a desperdícios e à necessidade de novas licitações em caso de mudanças no cenário.

7.2. Importa que seja verificada a possibilidade de prorrogação da ata de registro preços para outro período de 12 meses, nos termos do Art. 84 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

7.3. É um processo mais viável, economicamente, também, devido à desobrigação de se solicitar a totalidade dos quantitativos de todos os itens, garantindo uma certa flexibilidade caso imprevistos aconteçam, como mudanças de cardápio, no caso da merenda escolar, diminuição ou aumento no número de pacientes, e entre diversas outras situações inusitadas inerentes a dispensação dos produtos.

7.4. O fornecimento de suporte nutricional nos moldes aqui propostos visa garantir o atendimento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos padrões de qualidade almejados e das normas de segurança alimentar.

8. ESTIMATIVA DE VALORES

8.1. O valor estimado total desta contratação é de **R\$ R\$ 594.541,00 (quinhentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e um reais)**, conforme Nota Técnica de orçamento.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

9.1. O parcelamento do objeto em itens justifica-se pela busca da **maior economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis**, conforme preconiza o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Ao permitir que os licitantes ofereçam propostas apenas para os itens em que são mais competitivos ou especializados, evitamos a formação de preços médios que poderiam ser desfavoráveis à Administração. Cada item é cotado individualmente, refletindo as condições de mercado para aquele produto específico e incentivando a redução dos custos.

9.2. Segundo o disposto no Art. 40, § 2º inc. I da mesma Lei a Administração deve observar a viabilidade de divisão do objeto pretendido. Isto posto passamos a analisar que há uma grande quantidade de empresas do ramo disponíveis no mercado, desta forma entende-se que técnica e economicamente é viável a aquisição **POR ITEM**, visando ampliar a competitividade do certame.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A expectativa dos resultados a serem alcançados com a presente contratação são:



TIPO	ASSINALAR	DETALHAMENTO
Ganho de produtividade		
Redução de esforço	X	Os preços ficam registrados por 12 (doze) meses.
Redução de custo	X	Registrar preços vantajosos para a municipalidade amparado na quantidade pretendida.
Redução de uso de recursos	X	Realizar um processo unificado que contemple todos os itens. Possibilidade de Prorrogação da ARP.
Melhoria de controle		
Redução de riscos	X	Evitar eventual desabastecimento
Cumprimento de determinação administrativa	X	Formalizar processo de compra legal que supra a demanda
Melhoria/adequação nas instalações físicas	X	Aquisição parcelada conforme a demanda, excluindo custos extraordinários de logística e armazenamento.

11. CONCLUSÃO

11.1. O Estudo Técnico Preliminar trouxe informações importantes acerca da aquisição dieta enteral, fórmulas lácteas e suplementos alimentares. Concluímos que a compra através de Pregão – SRP é notadamente vantajosa para a Administração, pois permite registro de preços com diversos fornecedores e a compra estritamente sob demanda, trazendo flexibilidade e economicidade ao município. Por fim, se mostra necessária para viabilizar a aquisição, de maneira técnica e economicamente viável.

Angatuba/SP, 14 de julho de 2025

Joselia Aparecida Souza de Albuquerque

Assistente Social/ 3418

Aprovo o presente ETP:

Larissa Martins Basile

Secretário(a) Municipal de Saúde e Medicina
Preventiva/ 3767